

O PREC e a luta pelo controlo da informação: incidências do processo revolucionário de 1974/1975 sobre os diários do Porto

Helena Lima, Prof. Auxiliar do Departamento de Jornalismo e Ciências da Comunicação da faculdade de Letras da Universidade do Porto; investigadora do Centro de investigação Média e Jornalismo (CIMJ)

hllima@letras.up.pt

Resumo:

A revolução portuguesa de Abril de 1974 provocou alterações profundas no panorama da comunicação social portuguesa. O fim da censura foi amplamente celebrado, mas todas as transformações radicais que se seguiram produziram uma enorme pressão sobre os media noticiosos e catapultaram-nos para o centro do turbilhão político que se seguiu à revolução. O Processo Revolucionário em Curso (PREC) levou à criação de novos modelos de gestão dos media onde as organizações laborais, devidamente respaldadas pelos militares no poder, expulsaram administradores e outros quadros conotados com a ditadura.

A liberdade de imprensa tornou-se um dos aspectos essenciais em debate neste período. Rapidamente foi redigida e aprovada uma lei de imprensa que garantia a liberdade de expressão, mas também um conjunto de mecanismos típicos da regulação das democracias ocidentais. Contudo, a nova legislação foi amplamente contestada pelos setores revolucionários mais radicais e novos constrangimentos legais foram implementados por forma a contrariar o espírito da Lei de Imprensa. Paralelamente, em Março de 1975 os principais grupos económicos portugueses foram nacionalizados e com eles os jornais que eram parcial ou totalmente detidos por estas grandes corporações económicas, passando a imprensa a ser ou estatal ou parcialmente intervencionada. Os jornais portugueses foram também severamente afetados por todo este processo, quer em termos de transferência da propriedade, quer pela batalha política que se travou entre as diversas forças em conflito pelo controlo editorial dos media e que teve efeitos a longo prazo.

Palavras-chave: liberdade de imprensa, legislação, conflitualidade política, controlo editorial

1 - Introdução

“Reconhecida que lhes foi, de um dia para o outro, a maioria, vemos os meios de comunicação entregarem-se todos a uma euforia de informação (afirmação), que compensava o que tinha de imaturo, impensado, não filtrado, com um tom triunfante, desinibido e libertado que não deixava de cair bem à maioria dos portugueses, durante anos silenciosa à força, mas não de vontade.”¹

Maria Helena Vaz da Silva

A Revolução de Abril gerou nos jornais portugueses as problemáticas verificadas em toda a Comunicação Social nacional. Os efeitos da liberdade de expressão fizeram-se sentir de imediato e a abolição da censura foi festejada também pelos jornalistas da cidade. Também à imagem do sucedido na imprensa da capital, rapidamente os efeitos mais problemáticos da revolução foram sentidos nas redacções portuguesas. A politização dos conteúdos, as pressões sobre os jornalistas e os níveis de conflitualidade, associados a uma desarticulação da estrutura de chefias editoriais, constituíram a tônica do período subsequente ao golpe de Estado e que tendeu a intensificar-se a partir do final do verão de 1974, em que o clima político se extremou. Os conteúdos tenderam a radicalizar-se e a luta pelo controlo informativo assumiu grande intensidade. Contudo, houve também dissidência do alinhamento revolucionário: O Comércio do Porto, o Jornal Novo e a Rádio Renascença constituíram-se baluartes de oposição à corrente instituída pelo PREC e funcionaram a contratempo do discurso oficial.

O objectivo deste trabalho é identificar os vectores que determinaram as transformações radicais vividas na imprensa portuguesa, a partir do novo enquadramento político e legal. Para tal serão estudadas a conflitualidade laboral e política, as alterações das chefias, e o controlo editorial. A metodologia passa pela consulta de diversas fontes, em particular da documentação legal e dos relatórios do Conselho de Imprensa, jornais, bibliografia específica e

¹ *In* Expresso, 25 de Abril de 1975

um conjunto de entrevistas a jornalistas que viveram este período nas três redacções portuenses.

2 - O processo revolucionário e o novo enquadramento legal da imprensa

No pós 25 de Abril e no plano legislativo, a imprensa portuguesa registou transformações radicais a dois níveis: em primeira instância, o fim da censura prévia e o estabelecimento da liberdade de informação, bem como a implementação de organismos e leis específicas dos sector; num segundo plano, mas não menos importante, a legislação emanada pelo Conselho da Revolução que levou à nacionalização de grande parte dos jornais nacionais. Este novo panorama desenrolou-se num quadro de grande instabilidade social e política em que a extrema-esquerda e o Partido Comunista Português, em consonância com a facção vencedora do Movimento das Forças Armadas (MFA), procuraram controlar os meios de comunicação social.

A nacionalização da imprensa não foi premeditada e não estava prevista no Programa do MFA. Ela decorreu da nacionalização da banca e seguros e não de um plano previamente estabelecido. Ainda que tenha sido um «dano colateral», a entrada da maioria dos jornais do sector público foi de encontro à conjuntura política vivida na época, isto é, colocou sob a alçada do Estado diversos órgãos informativos.

Jornais	Empresas	Propriedade antes do 25 de Abril	Propriedade depois do 25 de Abril
<i>Diário de Notícias</i>	C.G.D.	Estatal	Estatal
<i>O Século</i>	B.I.P.	Privada	Estatal
<i>Diário Popular</i>	Gr. Quina/ B.F. B.; B.B. I.	Privada	Estatal
<i>Jornal do Comércio</i>	Gr. Quina/ B.F. B.; B.B. I.	Privada	Estatal
<i>Diário de Lisboa</i>	B.P.S.M.; B.N.U.; Ruella Ramos/Lopes de Souto;	B.N.U.: Estatal; Privada	Estatal
<i>A Capital</i>	C.U.F.; B. E. S.; B. B. I.	Privada	Estatal
<i>República</i>	Sociedade Accionista	Privada	Privada
<i>Jornal de Notícias</i>	Sacor; E.N.P.; C.I.P.C.; C.G.D.	Estatal	Estatal
<i>Comércio do Porto</i>	Gr. Quina/ B.F. B.; B.B. I.	Privada	Estatal
<i>Primeiro de Janeiro</i>	Família Pinto de Azevedo	Privada	Privada

A transferência parcial ou total da propriedade teve como consequência alterações a nível das administrações, mas também favoreceu a luta pelo controlo dos jornais por parte das facções mais radicais. Em termos de mudança de propriedade, as excepções foram o República e o Primeiro de Janeiro, totalmente privados, e o Diário de Lisboa, em que a maioria das acções pertencia a privados. A reconversão das empresas nacionalizadas traduziu-se, do ponto de vista da gestão, na nomeação de novas administrações, em concordância com o Decreto-lei N.º 123/75 de 11 de Março.

O novo modelo legislativo que se afirmou depois do 25 de Abril, com todas as hesitações e desvios, é outro dos aspectos que condiciona a evolução da imprensa. Os meios e organismos que se criaram iam de encontro a um conjunto de questões já discutidas durante a «primavera marcelista», como a abolição da censura prévia e a existência de uma lei de imprensa. O Movimento dos Capitães e o Programa do MFA, contemplaram desde logo o exercício de uma imprensa livre. As formas de que se deveria revestir esse exercício é que se revelaram *a posteriori* altamente polémicas. Como em tudo o resto, os militares defenderam posições divergentes entre si e, pelo seu lado, os profissionais resvalaram para posicionamentos que se distanciavam muito dos princípios democráticos da liberdade de pensamento e expressão e que não se coadunavam com uma prática profissional pautada pelo equilíbrio e pela equidade.

Por outro lado, forma várias as tentativas de controlo da imprensa, para além do quadro legal. A primeira situação de excepção é da responsabilidade do general Spínola e resultou na criação da comissão *ad-hoc* para a imprensa, através do Decreto-Lei n.º 281/74. Esta seria justificada pela recente implantação do novo regime, ainda frágil. A completa desregulamentação noticiosa poderia constituir um perigo para a sua sobrevivência:

“1) Reconhecendo-se a necessidade de salvaguardar os segredos dos aspectos militares e evitar perturbações na opinião pública, causadas por agressões ideológicas dos meios mais reaccionários, será criada uma comissão *ad hoc* para controle da imprensa, rádio, televisão, teatro e cinema, de carácter transitório, directamente dependente da Junta de Salvação Nacional, a qual se manterá em funções até à

publicação de novas leis de imprensa, rádio, televisão, teatro e cinema pelo futuro Governo Provisório;”

O exercício da comissão *ad hoc* foi polémico desde o seu início, sendo fortemente contestada pelos jornalistas. Foi ainda marcada por duas balizas temporais distintas: a vigência e actuação em prol dos interesses spinolistas até ao afastamento do velho general, e o segundo período que se caracteriza pela ascensão do gonçalvismo e, como tal com uma linha de actuação inversa da anterior.

A criação de uma comissão que superintendesse os conteúdos da comunicação social é, em si mesma, contrária aos princípios da liberdade de pensamento e expressão, mas o seu espírito correspondia às preocupações do general Spínola:

“Em primeiro lugar, não podem ser alteradas nem a ordem nem a tranquilidade, nem afectada a integridade nacional. Toda a evolução se caracteriza por um enfraquecimento relativo da estrutura orgânica; e não faltaria quem, de um lado ou de outro, se empenhasse em alterar o equilíbrio no seu conjunto., explorando fendas e clivagens para por elas introduzir o germe nocivo da subversão, em ordem a acelerar a derrocada dos valores em que nos apostamos em preservar (Spínola, 1974:223).

Como o próprio rapidamente constatou, o panorama político instaurado com a revolução traduziu-se justamente na alteração drástica da ordem pública que, em seu entender, era alimentada pelos meios informativos minados pela acção dos comunistas: “No domínio da Comunicação Social, o «25 de Abril» despoletou um plano de inspiração comunista que imediatamente revelou dispor da colaboração de elementos há muito infiltrados nos sectores fulcrais da informação” (Spínola, 1978:128).

A comissão *ad hoc* seria exclusivamente composta por militares e decidiria de acordo com um conjunto de direitos, deveres e sanções. Os direitos eram sumariamente enunciados no artigo 1º e depois seguiam-se os aspectos restritivos. Ficava clara a interdição da publicação de matérias que contrariassem o Programa do MFA, desrespeito pelas instituições de soberania, salvaguarda de segredos militares, bem como das hierarquias. Mas, e para além disso, os

meios de comunicação social estavam impedidos de divulgar aspectos que de alguma forma pudessem provocar alterações na ordem pública como e): "Incitamento a greves, paralisações de trabalho ou manifestações não autorizadas pela legislação em vigor;". Contudo, o noticiário diário era repleto de todos estes aspectos e não só: contrariando abertamente o estipulado, os jornais reportaram o clima de insubordinação que rapidamente se instalou nos quartéis e davam conta das divergências e conflitos que atingiam a estrutura militar.

As primeiras medidas sancionatórias foram aplicadas pelo próprio general Spínola à revelia da comissão, ao impor a suspensão, pela primeira vez, (31 de Julho) sobre os jornais A Capital, Diário de Lisboa e República, por entender que os três diários haviam dado excessivo relevo a uma manifestação da extrema-esquerda que reclamava o fim da guerra colonial. Gerou-se no meio jornalístico uma onda de protestos que culminou na auto-suspensão de publicação de vários jornais em solidariedade com os colegas castigados. Pelo seu lado, a primeira comissão *ad hoc* demitiu-se tenha sido por não estarem de acordo com a decisão unipessoal ou por se sentirem ultrapassados nas suas competências. Foram posteriormente aplicadas várias sanções pela comissão *ad hoc* com nova composição, a jornais ideológicos e a diários da capital, em regra por se entender que o seu conteúdo incitava à sublevação militar.

Já no segundo período de vigência, a partir de 16 de Setembro de 1974, foi constituída nova comissão, o que quase corresponde ao período da saída de Spínola e à ascensão do gongalvismo. Esta manteve-se em funções até 15 de Novembro de 1975, também quase até ao final do «outono escaldante», e foi igualmente responsável por uma série de castigos aplicados a vários títulos. Neste segundo período, foram sobretudo as notícias sobre a descolonização que foram sancionadas, bem como aquelas que foram consideradas de "teor reaccionário". As penas aplicadas variaram: houve sanções pecuniárias, mas também 19 suspensões de publicação por períodos que variaram entre os três e os 60 dias. O Sindicato dos Jornalistas e de uma maneira geral todo o meio informativo condenariam a existência desta comissão na sua primeira fase e reclamavam a estipulação de um regime legal de imprensa. No segundo período de vigência da comissão *ad hoc*, em que igualmente foi praticada uma política de sanções, o sindicato permaneceu em silêncio e não condenou a sua permanência, ainda que parte da sua actuação se desse já depois de aprovada a Lei de imprensa de 1975.

Apesar dos radicalismo que se viveram neste período, os sectores mais moderados procuraram instituir os mecanismos legais que configuravam o estado de direito. Assim, criou-se outra comissão paralela, em 12 de Agosto de 1974, que ficaria encarregue da elaboração do projecto de Lei de Imprensa. Deste grupo de trabalho faziam parte personalidades que se tinham distinguido por terem lutado contra a censura prévia e manifestado a necessidade de legislação reguladora, ainda no anterior regime: Arons de Carvalho, Pinto Balsemão e Marcelo Rebelo de Sousa integraram uma comissão que representava várias sensibilidades desta área. As reuniões do grupo fizeram-se em tempo recorde, o que permitiu a apresentação do documento final em 12 de Setembro, apresentado por Sanches Osório, Ministro da Comunicação Social, para discussão pública. No debate participaram as instituições ligadas ao sector, como o Sindicato dos Jornalistas e os grémios da imprensa diária e não diária. A lei de imprensa foi ainda levada à opinião pública por iniciativa da redacção de A Capital, que abriu as suas páginas às posições dos leitores.

Verificou-se então a existência de duas tendências: um novo posicionamento mais radical do Sindicato dos Jornalistas, que punha em causa a sua necessidade, e a posição mais moderada, que advogava a aprovação do documento. A radicalização do posicionamento dos jornalistas, à imagem do que se verificava nos demais sectores, ia de encontro ao clima de conflitos que se tinha instalado nas redacções, bem como a tendência para a adopção de um discurso esquerdizante por parte de alguns jornais. Mas nem todos os profissionais se deixaram contagiar por esta corrente e pretendiam uma legislação que enquadrasse o exercício de uma imprensa livre. Essa foi a tendência vencedora, já que a legislação seria aprovada, ainda que num contexto político adverso: a Lei de Imprensa de 1975.

O novo documento alicerçava-se num conjunto de princípios gerais relativos ao direito fundamental da liberdade de pensamento e expressão, mas traduziu também a realidade resultante da ditadura, aliada à propriedade dos principais títulos portugueses (inseridos em grupos económicos). O Preâmbulo garantia a liberdade de expressão aliada a uma intenção pedagógica: "Trata-se de integrar a imprensa na sua missão normal de difusora de informações e de ideias, de divulgação e de debate dos problemas nacionais, de modo a assegurar o desenvolvimento do processo democrático em Portugal."

O documento estruturava-se em cinco capítulos começando por incidir sobre a relação entre jornalismo e cidadania e por definir os direitos relativos à liberdade de imprensa e também à informação, como o direito a informar e a ser informado. Procurou delimitar os campos jurídicos de cada um dos intervenientes no processo informativo, para poder delimitar os direitos e a sua forma de exercício, bem como os deveres: "a liberdade de acesso às fontes oficiais de informação; A garantia do sigilo profissional; A liberdade de empresa; A liberdade de concorrência; A garantia de independência do jornalista profissional e a sua participação na orientação da publicação jornalística." Consagrava também os direitos e os mecanismos de defesa do público. A nova legislação dotou os jornalistas de uma série de mecanismos protectores da prática profissional, mas e além disso, da capacidade de poder participar na orientação editorial, através da eleição de conselhos de redacção. Os vários aspectos do exercício e definição da profissão ficaram discriminados em diferentes artigos, bem como a previsão de documentos específicos de regulamentação, como o Estatuto dos Jornalistas e o Código Deontológico, que ficariam a cargo do Sindicato dos Jornalistas.

Outras medidas previstas foram a obrigatoriedade da publicação do estatuto editorial, do direito de resposta e da devida identificação da publicidade. Previa ainda a possibilidade de recurso à entidade reguladora, criada pela mesma lei: o Conselho de Imprensa. Outros aspectos inovadores eram, por exemplo a obrigatoriedade do estatuto editorial o acesso à informação e o direito ao sigilo profissional, pedra basilar da actividade jornalística.

A lei de 1975 determinava a impossibilidade de pessoas individuais ou colectivas estrangeiras de serem proprietárias de empresas de informação em Portugal, bem como diversos aspectos relativos à concorrência e à política anti-monopolista, entendida no sentido de anti-cartelização, aceitando, contudo, a existência de concorrência em termos de regulamentação de preços. Propunha ainda legislação especial para impedir a concentração de empresas, de maneira a não se verificar uma subordinação da informação ao poder económico.

Neste último aspecto, as preocupações dos legisladores revelaram-se infundadas, já que a única entidade que adquiriu esta configuração monopolista foi o Estado: tornou-se praticamente dono da imprensa e de todo o audiovisual, bem como agências de notícias. O sector público ficava previsto no artigo 9º, de forma muito sucinta e lacónica: "No caso de o Estado ou outra empresa colectiva de direito público ser proprietário de um periódico ou de

pelo menos de um quarto do capital social de uma empresa jornalística ou de sociedades sócias de empresas jornalísticas, o estatuto deverá salvaguardar a sua independência”

Um dos aspectos mais contestados na nova legislação foi a regulamentação da empresa jornalística, nomeadamente, as competências do director relativas à superintendência e orientação editorial, à capacidade de escolha do chefe de redacção e o facto de ser o presidente do conselho de redacção. Tudo isto ia contra a perspectiva da «imprensa popular ao serviço das classes trabalhadoras», mas sobretudo contra uma visão colectivista de gestão, defendida pela corrente dominante no Sindicato dos Jornalistas, mas também pelo sector tipográfico, que em vários conflitos procurou impor o direito de decidir sobre os conteúdos informativos.

Os conselhos de redacção viram também definidas a sua composição e prerrogativas: “profissionais eleitos por todos os jornalistas profissionais que trabalhem no periódico”, com amplas competências, entre outras: a capacidade de votar sobre as chefias designadas pela administração e de em conjunto com elas participar “na definição das linhas de orientação do periódico”. E ainda o direito de “voto deliberativo sobre todos os sectores da vida e da orgânica do jornal” relativos à actividade profissional, o que impediria, se fosse caso disso uma mudança na linha editorial.

No âmbito das responsabilidades editoriais definia as condições de abuso de liberdade de imprensa e respectivas sanções e a lei consagrava ainda o princípio de solidariedade do director face ao publicado e aos autores.

Tratou-se de um documento extenso, muito detalhado, de que aqui se apontam apenas alguns pontos fulcrais, mas que procurou legislar numa perspectiva democrática e moderada, que colidiu com o clima político e social muito radicalizado instalado no país e que afectou também as empresas jornalísticas. A Lei de Imprensa só viria a ser publicada em 26 de Fevereiro de 1975, multiplicando-se, entretanto, os conflitos nos jornais.

Dada e evolução dos acontecimentos, a nova legislação não reunia todos os consensos:

“Aconteceu então o inesperado. Durante a ditadura, os jornalistas reclamaram uma lei de imprensa, tendo o Sindicato elaborado um projecto que apresentou ao governo de Marcelo Caetano. Além disso, aprovou na generalidade outro projecto da autoria de

Francisco Sá Carneiro e Francisco Pinto Balsemão. No decorrer do processo revolucionário, as ideias haviam mudado: em muitos sectores até há pouco defensores de um tal diploma surgia agora a noção de que a liberdade de imprensa era um conceito «burguês» e, conseqüentemente, uma lei que a protegesse era dispensável ou supérflua” (Palla, 1990:272).

Face à radicalização da luta política e a permeabilidade dos meios de informação às influências partidárias, deu-se uma mudança sensível quanto ao papel da imprensa e dos jornalistas na nova democracia. Essas novas concepções acabaram por ser as preponderantes nos aspectos discutidos e aprovados durante a assembleia do Sindicato dos Jornalistas, de 8 de Outubro de 1974. Esta mudança coadunava-se com o extremar do discurso, fruto da subida de tom das vozes dos sectores mais à esquerda, que declaradamente confundiam o exercício profissional com a militância partidária. As principais preocupações patentes nas várias moções aprovadas consistiam na questão da propriedade e na orientação editorial dos jornais:

“Repostas, pois, as coisas «no seu lugar», surge agora o novo projecto de Lei de Imprensa que retirando, sem dúvida, ao Estatuto actual grande parte do seu arsenal repressivo, não causa – diga-se desde já – a mais leve beliscadura ao poder económico, dono e senhor da chamada grande Imprensa. Poder económico esse – será necessário assinalá-lo? – que objectivamente esteve (como voltará a estar, se a oportunidade surgir por detrás da recente conspiração que visava esmagar os trabalhadores e as massas populares” (Conselho de Imprensa, 1979:37).

O Sindicato dos Jornalistas fazia também uma leitura marxista da ligação entre a propriedade e a orientação editorial: “Poder económico esse, cuja margem de manobra o actual projecto (...) reforça ao garantir aos patrões o exclusivo da «orientação do conteúdo» dos jornais, os quais – diz-se – hão-de assegurar ao cidadão o direito de ser informado.” Para o sindicato os direitos de escolha do director e chefe de redacção era reprováveis porque: “(...) o actual projecto pura e simplesmente, proíbe qualquer interferência conseqüente na orientação dos

jornais por parte dos trabalhadores que os produzem, ou do público (na grande maioria, trabalhador também) que os lê” (Conselho de Imprensa, 1979:38).

A assembleia do sindicato aprovou os meios que seriam o garante de “uma informação ao serviço dos interesses das classes trabalhadoras capaz de limitar o poder do capital sobre a imprensa burguesa”(idem), como o alargamento dos poderes dos conselhos de redacção e a interferência de não jornalistas na linha editorial, sendo o chefe de redacção obrigatoriamente decidido em plenário de trabalhadores. Outra das decisões passava pela imposição de conteúdos: “a lei deve estatuir, como obrigação, o dever que à imprensa cabe de informar as classes trabalhadoras sobre os factos que se relacionam com a vida e as lutas destas, o que é garantia do direito fundamental de ser informado” (idem).

Logo depois publicação da Lei de Imprensa de 1975, registou-se a passagem para as mãos do Estado, total ou parcialmente, da grande maioria dos jornais. Dada a conjuntura política de então, a orientação anti-capitalista e o controlo editorial por parte dos jornalistas e mesmo das comissões de trabalhadores, tornaram-se preponderantes na maioria dos meios de informação.

Os atropelos à liberdade de imprensa foram uma das tónicas deste período, apesar da Lei de Imprensa. Deveram-se a factores e agentes diversos tais como situações de excepção de ordem política, tentativas de controlo ideológico e manipulação estruturada da informação, legislação de excepção e a própria dinâmica da luta partidária que se apoderou das empresas jornalísticas. Os momentos de grande sobressalto político levaram, em regra, à suspensão de publicações. Por outro lado, a luta pelo controlo dos jornais, decorrente da forte pressão implementada pelo Partido Comunista Português (PCP) e organizações de extrema-esquerda levou a conflitos insanáveis em que os militares eram chamados a intervir, como nos casos República e Renascença. Os próprios militares procuraram criar mecanismos que contrariavam o espírito da Lei de Imprensa, de que aqui se dão apenas alguns exemplos.

O Conselho da Revolução e o V Governo Provisório tinham uma perspectiva muito peculiar quanto ao papel a desempenhar pela imprensa no processo revolucionário, onde se incluía uma função de propaganda clara. Esse enquadramento estava patente por exemplo, no Programa de Acção Política (PAP), de Junho de 1975, onde se explicava o papel da comunicação social na construção do socialismo: “A mobilização do povo português para a via

socialista exige, além de uma nova política de informação, uma acção dinamizadora constante que, pela presença e pela prática, torne visíveis e operantes as recomendações e programas emanados dos órgãos centrais.” Como a imprensa nacional e estrangeira não estava em consonância com esta função e sendo a lei demasiado branda, tornava-se necessária uma acção mais musculada:

“(…) fazem chegar aos órgãos de Informação de que são agentes, notícias falsas ou deturpadas, prejudicando intencionalmente a imagem de Portugal no mundo. Não permitindo a Lei de Imprensa a acção decidida e rápida sobre esses prevaricadores, que dela abusam para realizar, até agora impunemente, acções perfeitamente classificáveis como contra-revolucionárias, o M. F. A. está decidido a proceder directa e eficazmente contra eles, fazendo publicar, se necessário, legislação revolucionária adequada ao efeito.”

Não se tratava de uma mera ameaça. A breve trecho, a opinião pública portuguesa teve conhecimento do plano de domesticação da Comunicação Social em pleno «Verão quente», a 5 de Agosto de 1975. O Jornal Novo publicou em exclusivo, aquele que veio a ser conhecido como o «Projecto Jesuíno», onde o ministro da Comunicação Social propunha um conjunto de medidas contrárias à Lei de Imprensa, e que ia ao encontro com o que havia sido delineado no PAP. Nos princípios enunciados repetiam-se não só de ideias e expressões como: “transformação de mentalidade por forma a haver a evolução de um comportamento egoísta e individual para um comportamento altruísta e colectivo, centrando as preocupações e actividades no bem comum.”. A responsabilidade informativa era definida pela integração no processo revolucionário: “entendendo-se por responsabilidade a consciência de participação e obediência a um projecto colectivo, o empenhamento na construção de algo em comum.” O pluralismo tinha também uma interpretação peculiar. Rejeitava-se o monolitismo do discurso mas desde que se entendesse “por pluralismo a livre expressão e discussão de opiniões em que o exercício da inteligência e da capacidade crítica estejam ao serviço do aprofundamento da realidade concreta.”

Por sua vez, a Lei de Imprensa era vista como o resultado de uma concepção democrática liberal: “leva a ambiguidades, e entra em contradição com alguns aspectos do processo revolucionário. Ora, isto produzia embaraços no sentido em que se verificavam posicionamentos intransigentes que se refugiavam “num legalismo desfasado das circunstâncias do momento”, isto porque se fazia uma aplicação muito “estrita” da lei. A solução encontrada para impedir esse legalismo seria a criação da “Comissão de Análise dos Meios de Comunicação Social (CAMCS) que ficaria “na dependência directa do Conselho Superior da Revolução” e que seria constituída por militares (seis) com poderes para “ajuizar da existência de práticas condenáveis e aplicar penas de multa e suspensão aos responsáveis pelas mesmas.” As penas previstas ultrapassavam o estipulado pela lei, já que essa capacidade caberia apenas à decisão judicial. Segundo a perspectiva deste projecto, e do ponto de vista doutrinário, a imprensa e os media em geral, eram vistos como mais um dos braços da produção cultural, que deveria contribuir para a expansão do ideal revolucionário.

O período pós 25 de Abril, ficou assim marcado por correntes opostas, do ponto de vista legislativo. Por um lado, criou-se a legislação e os organismos adequados ao bom funcionamento de uma imprensa pluralista e por outro, os acontecimentos e a luta política cilindram esta intencionalidade. Nas redacções de todo o país foram os acontecimentos políticos e a conflitualidade que imperaram e não a observância da lei.

3 - Alterações na propriedade e administrações, conflitualidade e controlo editorial

O fim da ditadura teve consequências imediatas na estrutura das empresas, dos modelos de gestão, da legislação e dos conteúdos informativos. Geraram-se clivagens profundas que reproduziam os acontecimentos vividos na sociedade e que ultrapassavam, em larga escala, os meros aspectos informativos. Os órgãos de comunicação que alinharam pela via socializante procuraram servir os interesses da «educação ideológica» projectada pela esquerda mais radical e pelas directivas emanadas pelas chefias militares, durante o Período Revolucionário em Curso (PREC). Os que tentaram escapar à lógica do discurso unitário foram alvo de pressões e estiveram na origem das ondas de contestação ao gonçalvismo, como nos casos do jornal República e Rádio Renascença que levaram ao abandono por parte do Partido Socialista

do IV Governo Provisório, seguido do PSD e CDS e deram o mote grandes para as grandes manifestações de contestação a Vasco Gonçalves e ao Conselho da Revolução. O dramatismo de que se revestiu a luta política foi espelhado na violência dos conflitos vividos na imprensa e que se traduziu em desfechos trágicos para alguns dos jornais ancestrais – O Século e República, por exemplo, que com o fim do período revolucionário acabariam por encerrar.

A transformação da estrutura das empresas foi determinante em todo o período e decorre de duas situações distintas: o movimento reivindicativo que opôs o sector laboral às administrações e o processo de nacionalizações. No plano da luta laboral registaram-se processos em que os vários sectores se uniram na luta contra as administrações, mas verificaram-se também situações de clivagem em que a contestação contra a entidade patronal não foi consensual. Em várias situações, o Estado foi chamado a intervir devido ao afastamento de administradores e proprietários e no decurso de saneamentos, mas também pela agudização de conflitos internos.

Ainda que os jornais do Porto tenham tido nuances face ao processo avassalador que transformou a imprensa nacional, houve aspectos fundamentais que os afectaram também decisivamente. Os primeiros impactos da revolução verificados dentro das empresas jornalísticas traduziram-se no afastamento das figuras conotadas com o regime e que de alguma maneira serviram de sustentáculo ao aparelho propagandístico e censório. No Porto, este procedimento seria muito mais atenuado, tendo ocorrido apenas no Comércio: “Em «O Comércio do Porto» foi nomeado para director, em substituição de Alípio Dias, o jornalista Fernando Teixeira que vinha a desempenhar as funções de chefe de redacção do «Diário Popular»” (Conselho de Imprensa, 1979:16). A saída do director nomeado pelo banco Borges & Irmão, principal detentor da empresa a partir de 1973, enquadrou-se na onda de saneamentos que varria o país, mas esteve mais ligada à perspectiva anti-capitalista dominante, que rapidamente conquistou também este diário. O substituto de Alípio Dias provinha também do Grupo Quina, mas sendo Fernando Teixeira um jornalista terá tido relativa aceitação. Este foi o jornal portuense que sofreu um maior abalo na estruturação dos mecanismos de chefia, em função da luta política, mas em termos de propriedade, as alterações só se verificariam a partir do 11 de Março, dada a nacionalização das empresas detentoras de parte do seu capital.

A nível da administração, a substituição de Alípio de Azevedo por Fernando Teixeira durou pouco tempo. A solução passou então pela nomeação de Seara Cardoso filho para novo director do diário e Costa Carvalho para chefe de redacção, mas o clima na redacção degradou-se de tal forma que este acabaria por pedir a demissão. Passou então a assumir o cargo Silva Tavares, sendo seu subchefe Marques da Cruz.

A partir do 11 de Março e da onda de nacionalizações iniciada pelo Conselho da Revolução, O Comércio do Porto passou também a ser uma empresa intervencionada. Nessas circunstâncias, e tal como aconteceria no Notícias, a administração passou a integrar um militar, mas, ao contrário do que se verificou naquele matutino, aqui, e segundo Manuel Teixeira, este foi mais interventivo: "Logo a seguir ao 11 de Março, o jornal é intervencionado e a administração é substituída por um só homem, que era o capitão Almeida. Depois rodeou-se de mais dois: um era um economista socialista e o outro um engenheiro."² Marques da Cruz recorda também esta transformação na administração, mas entende que a acção do militar designado para a administração não influenciou os conteúdos noticiosos. Ainda assim, tem uma visão muito crítica da sua actuação: "Quando os militares vieram para a administração do jornal eles queriam que houvesse denúncias públicas, mas os militares não interferiram nas chefias da redacção."

No Jornal de Notícias, apesar de também se ter verificado uma radicalização de posições, este tipo de purgas parece não ter ocorrido. Não houve mudanças a nível da administração e das chefias, uma vez que aqui a carreira profissional dos responsáveis editoriais parece ter constituído um factor de respeito que não foi posto em causa pela redacção. Contudo, o 25 de Abril e em particular a legislação do PREC, trouxeram algumas alterações do ponto de vista da estrutura da empresa do JN, que ganharam maior impacto com a politização dos vários sectores laborais. Essas mudanças são actualmente vistas com alguma bonomia por Freitas Cruz:

" O 25 de Abril, a avaliar pelo que aconteceu nos outros lados, foi um bom passeio para nós. No dia 25 de Abril tínhamos uma administração, um director, um

² Declaração inserida num conjunto de entrevistas realizadas a jornalistas que trabalharam nas redacções do Comércio do Porto, Primeiro de Janeiro e Jornal de Notícias, realizadas no âmbito da minha tese de doutoramento "Os Diários Portuenses e os Desafios da Actualidade na Imprensa", 2008.

subdirector, dois chefes de redacção e vários editores. No dia não sei quantos de 1978, tínhamos a mesma administração, o mesmo director, o mesmo subdirector, o mesmo de redacção e os mesmos editores.”

De facto, para além de não ter havido perseguições, não se deu tão pouco a tentativa de levar o jornal para um regime de autogestão. Houve naturalmente alterações a nível da estrutura da empresa. Em termos da propriedade, a maioria do capital tinha sido adquirida por instituições que se encontravam no âmbito do Estado e da Caixa Geral de Depósitos, em 1963, pelo que as entidades detentoras da maioria das acções da Empresa Jornal de Notícias se englobaram dentro do Grupo Estado. Apenas um número remanescente permaneceu com Pacheco de Miranda. Ainda que não tenha havido a «dança de cadeiras» ocorrida nos jornais da capital, houve alterações, nomeadamente a entrada de um militar para a administração. Freitas Cruz não lhe confere grande importância, pelo que não deve ter tentado interferir na gestão do diário. Também não seria necessário, uma vez que o Jornal de Notícias se tinha alinhado completamente com as políticas seguidas pelo Conselho da Revolução.

Dado o reposicionamento da redacção, seria natural que o Notícias alinhasse pela onda de saneamentos que varria todo o país. Era também reconhecido que vários jornalistas da casa se tinham anteriormente identificado com a ditadura, mas a atitude face a estas pessoas não foi de expulsão mas de isolamento, até acabarem por se reformar. Sendo um jornal muito rapidamente conquistado pelas correntes de esquerda, a inexistência de purgas pode provocar alguma estranheza, mas Manuel Pina contribui para esclarecer esta situação ao relatar um episódio passado directamente com ele: “Fomos, o Teixeira Neves e eu, convocados para uma reunião no Quartel General com o Corvacho. Ele informou-nos que se tinha descoberto que duas pessoas do JN tinham sido informadores da PIDE.” Quando regressaram ao jornal reuniram a redacção e expuseram a situação, mas explicando que não iam revelar o nome das pessoas em causa porque elas não tinham delatado ninguém do Notícias. Por consideração e pena destes dois elementos, os jornalistas aprovaram que se mantivesse o anonimato e não procederam aos saneamentos. Foi uma situação *sui generis*, só possível neste diário, no qual todos os entrevistados, apesar das diferenças e clivagens que os separaram na altura, preferem dar uma imagem de relativo entendimento.

No Primeiro de Janeiro não houve este tipo de situações, quer pela orientação do jornal, quer pelo modelo de gestão típico deste matutino portuense. Manuel Pinto de Azevedo era o proprietário incontestável e a sua independência económica face à banca, no período anterior, levou a que não se verificasse qualquer intervenção estatal. Não significa isto que não se tenham produzido transformações e que Pinto de Azevedo as tenha aceite de bom grado. No Janeiro, como era expectável, também se elegeram as organizações representativas dos sectores laborais, assim caracterizadas por Marques Pinto: "Havia uma comissão de trabalhadores, havia um conselho de redacção; eu fiz parte do primeiro conselho de redacção que se elegeu. O conselho de redacção por vezes ia falar com o director, dando conta de coisas que a redacção estava a pedir: meios ou condições de trabalho, etc., e o director ia satisfazendo, na medida do possível, as pretensões da redacção." Mas não se deu uma fractura nas chefias da redacção, como no Comércio, nem imposições editoriais como no Notícias. Houve de facto uma linha de continuidade, em que o chefe de redacção Mário de Figueiredo pai deu lugar a Mário de Figueiredo filho, sem quaisquer sobressaltos

Não significa isto que o Primeiro de Janeiro não tivesse tido situações de conflito, mas estas seriam sobretudo protagonizadas pelos demais sectores laborais, como faz notar o Marques Pinto: "A comissão de trabalhadores era muito aguerrida. Era sobretudo constituída pelo pessoal da tipografia, mas também agregava o pessoal da administração." O surto reivindicativo também a comissão de trabalhadores impôs ao director condições que provocaram uma degradação das relações entre as partes. Uma das exigências foi a da constituição de uma cantina onde os tipógrafos pudessem fazer as suas refeições, dado os seus horários serem nocturnos e de laboração contínua até de madrugada. Os trabalhadores não tinham um local para aquecer a comida que traziam de casa, nem um refeitório para o efeito. Criar um espaço deste tipo obrigava Pinto de Azevedo a abdicar da sua biblioteca pessoal, onde para além dos livros tinha também uma colecção de arte. Isto provocou-lhe um profundo desagrado, até pelo seu carácter pessoal. Marques Pinto descreve-o como sendo: "Um patrão à moda antiga, que estava habituado a ditar leis. Depois do 25 de Abril teve de se adaptar à nova situação: já tinha de dar satisfação de coisas que mandava fazer e as pessoas perguntavam como e porquê." Seria este questionar da sua gestão que levou ao seu

progressivo afastamento dos assuntos do jornal e a um alheamento face àquele que tinha sido o seu projecto de vida. Tornou-se um director ausente, desiludido.

Apesar deste fosso que se foi cavando entre a administração e os trabalhadores, a empresa nunca teve tentativas de auto-gestão ou de expulsão do proprietário, pelo que Pinto de Azevedo se manteve à frente do matutino enquanto assim o entendeu. Contudo, o director, desgostoso com o rumo que o jornal tinha tomado, acabaria por se afastar em Novembro de 1976. Esta saída não implicaria ainda transformações em termos de posse da empresa, que só viriam a ocorrer dois anos mais tarde, após a sua morte.

Os jornais do Porto não passaram pelas situações extremas que abalaram os órgãos de informação da capital, mas não deixaram de se integrar nos mesmos contextos. A confirmar este aspecto está o facto de, nos casos reportados pelo Conselho de Imprensa, só se registar a questão do saneamento de Alípio Dias. De resto, a ausência de conflitos reportados indicia, não que eles não existiram, mas que a sua relevância seria relativizada em função do impacto causado pelos acontecimentos ocorridos em O Século ou o República. É também plausível a justificação aventada por Freitas Cruz: "Nós estávamos muito longe do poder e isso protegeu-nos muito." Embora esta afirmação se reporte ao Jornal de Notícias, ela não deixa de ser válida para os outros dois matutinos portuenses.

A dualidade relativa existente entre a imprensa do Porto e a de Lisboa ficou particularmente patente a partir do momento em que O Comércio do Porto sofreu um golpe na sua orientação editorial e passou a constituir a voz da oposição ao discurso dominante. Até então a redacção tinha sido o palco de um extremar de posições, que se traduziram em níveis de conflitualidade muito altos. Para Manuel Teixeira esta acentuou-se em função do domínio do Partido Comunista na redacção e na tipografia, com o beneplácito do militar que ficou à frente da administração.

Marques da Cruz reconhece que: "As pessoas acobardaram-se. Até os ultra-direitas passaram a ter posições comunistas. Num plenário, quem me ameaçou que me atirava pela janela fora foi um indivíduo que antes era da extrema-direita." Esta mesma constatação é feita por Silva Tavares: "Eles chegaram a ter o jornal nas mãos. São indivíduos muito activistas. Criou-se um complexo de esquerda a todos os níveis neste país, logo a seguir ao 25 de Abril." Foi esta

submissão por parte da redacção, aliada à pressão dos tipógrafos, que levou ao desgaste das relações internas e à saída de Costa Carvalho.

Contudo a posição dos jornalistas do Comércio foi alterada drasticamente. Em vésperas das eleições de 1975, uma parte da esquerda militar apelava ao voto em branco, e os jornais próximos da linha do Conselho da Revolução constituíram-se como meios de propaganda desta mensagem. O Comércio do Porto preparava-se para uma edição do mesmo teor, e segundo Marques da Cruz:

“Houve um conflito num plenário já em Abril de 75, quando estava já tudo preparado, as máquinas preparadas para fazer a cobertura das eleições constituintes; havia um chefe de redacção interino e pediu-se ao Silva Tavares para ir à reunião; houve mosquitos por cordas; a equipa que estava preparada para fazer a cobertura das eleições era toda constituída por elementos afectos ao Partido Comunista e, nesse plenário, aquilo foi tudo desfeito.”

A agenda previamente preparada foi anulada e refeita de acordo com a orientação de Silva Tavares. A partir daquele momento o equilíbrio de forças mudou e a esquerda deixou de dominar a redacção. Segundo Silva Tavares “Quem fez frente aos comunistas fui eu.” , o que foi possível graças ao seu percurso profissional e porque o jornal o respeitava. Por outro lado, refere que não temia “os olhos-nos-olhos” e que isso lhe deu a vantagem. Esta actuação é corroborada por Marques da Cruz e Manuel Teixeira, que o consideram determinante na viragem do jornal.

A orientação editorial de O Comércio do Porto alterou-se porque se modificou também a configuração do conselho de redacção. Procedeu-se a nova eleição e Silva Tavares impôs como condição para se candidatar que o voto fosse secreto. Esta primeira moção foi ganha de «braço no ar» e ele seria sufragado pela maioria dos jornalistas. A partir daqui, nada daquilo que tinha sido preparado vingou e a orientação do diário alterou-se, não significando isto que os níveis de conflitualidade se tenham extinguido. Passaram a assumir novos moldes.

Do ponto de vista dos conteúdos, houve uma viragem que se articulou a dois níveis. Por um lado, os conteúdos noticiosos, por outro, a importância do espaço dedicado à crónica. No

plano informativo, a opinião dos entrevistados é que o Comércio contribuiu para repor a democracia. Numa altura em que praticamente toda a informação se encontrava controlada, o papel do jornal assumiu particular importância enquanto porta-voz das correntes dissidentes, como refere Manuel Teixeira: "O país estava numa situação altamente convulsiva e o jornal era um oásis que fazia verdadeiramente oposição. Depois apareceram alguns jornais, como o Jornal Novo, mas houve um período em que estava completamente sozinho."

A nova lógica editorial passava por incluir temas que eram problemáticos, mas com a preocupação de fazer notícias sobre os dois lados da barricada. Isto é, o jornal dava as grandes manifestações da esquerda, as notícias sobre as organizações revolucionárias, mas informava também sobre as outras facções que tinham voz em muito poucos órgãos de informação. A preocupação de equidade é ainda lembrada por Silva Tavares quando a tipografia se opôs à publicação de uma entrevista que ia sair antes das grandes manifestações convocadas pelo PS, em Lisboa e no Porto: "No dia da manifestação do Mário Soares, na Avenida dos Aliados; nesse dia, nós publicámos um exclusivo, uma entrevista com os porta-vozes da manifestação." Para o jornalista isto foi visto pelos militantes de esquerda como uma acção articulada com as forças da oposição. Os tipógrafos tentaram a única situação de censura realmente conseguida no Porto ao impedir a publicação de uma entrevista a Sousa e Castro, porque esta viria em 2ª edição, segundo Marques da Cruz: "No dia seguinte, claro que compuseram, por que era para a edição, assim como compuseram uma entrevista com o Mário Soares, que saiu no dia da manifestação, nessa altura."

O jornal conseguiu gradualmente uma série de «cachas» que marcavam o contraponto da agenda oficial e que foram asseguradas pelo facto de novas fontes terem passado a dar notícias ou entrevistas ao Comércio. Estas informações provinham de origens muito diversas, mas rapidamente dirigentes políticos e militares passaram a ver no diário portuense um meio privilegiado de também eles fazerem passar a sua mensagem, nas palavras de Silva Tavares: "porque se tornou num baluarte da tal maioria silenciosa, do PS para a direita."

Para além das fontes institucionais, haveria outras que forneciam informações mais «quentes». Nesse contexto, o Comércio do Porto foi ainda acusado de ter conhecimento prévio dos atentados à bomba, mas Marques da Cruz rejeita esta responsabilidade e refere que, na altura, apenas se fazia boa dedução jornalística: "Ao contrário do que se chegou a constar, não

tínhamos conhecimento prévio das sedes do partido comunista que iam ser incendiadas. Tínhamos uma referência: normalmente a seguir a uma feira importante havia; era uma dedução do próprio jornalismo.”

A alteração dos critérios informativos trouxe um aumento significativo às tiragens do Comércio. Apesar da visão crítica de alguns jornalistas e de parte da tipografia quanto à nova orientação, as vendas aumentaram e os carros faziam fila na Avenida dos Aliados à espera que o jornal saísse. Face à moderação do Primeiro de Janeiro e ao esquerdismo do Notícias, este diário constituiu um factor de mudança na imprensa da cidade mas também do país, já que passou a ter uma difusão muito mais ampla.

O espaço de crónica consolidou esta expansão. De acordo com Manuel Teixeira, havia três colunas de opinião, «O cravo e a ferradura», «O contacto» e «A análise»: “É a altura em que há rubricas como «Cravo e a ferradura», que deu brado, escrita pela dupla Mário Barradas e Ercílio de Azevedo, e que era de onde saíam todos os ataques ao poder comunista dominante em todo o país.”

Esta opinião mais extremista seria equilibrada por:” «O contacto» era uma rubrica interna aberta a todos os jornalistas e «A análise» apenas a um grupo muito reduzido, no qual estava eu: era o contraponto, uma posição intermédia. «O contacto» era uma tribuna aberta, onde a direita e os revolucionários escreviam pouco, mas todos tinham acesso.” Segundo Silva Tavares, ele próprio tinha uma preocupação em rever os textos e fazer algumas alterações, quando entendia que a linguagem era excessiva. Seria, contudo, a dupla Ercílio de Azevedo/Fernando Barradas a obter mais popularidade, apesar de Manuel Teixeira a caracterizar como reaccionária, “na linguagem da época”. A grande adesão por parte do público deveu-se ao artigo intitulado «Tripas à moda do Porto», de autoria de Ercílio de Azevedo. A notícia reportava um incidente ocorrido na «baixa» da cidade, aquando de uma visita de Otelo Saraiva de Carvalho e Carlos Fabião: “A passagem do general Otelo motivou, acto contínuo, um estridente coro de assobios e os manifestantes já não mais arredaram pé defronte do restaurante.” O artigo descrevia ainda o aparato militar montado para pôr à distância os manifestantes e incluía as declarações críticas do comandante do COPCON face à reacção popular e ao papel da imprensa. O texto terminava em tom crítico, marcado pela ironia: “Com «sobremesa» de apupos. As «tripas à moda do Porto» não agradaram ao general

Otelo...” Joaquim Queirós refere ainda que o impacto do texto no jornal também foi grande: “O jornalista escreveu a peça, mas tive muitas pressões dos tipógrafos porque aquilo era um texto muito reaccionário. A verdade é que o jornal começou a sair por volta das duas da manhã e a impressora, eram duas tarde, e ainda estava a tirar jornais.” Nesse dia, O Comércio do Porto atingiria os 130 mil exemplares. A edição esgotou e só não se venderam mais jornais porque a rotativa já tinha esgotado a sua capacidade.

A partir de então a dupla Ercílio de Azevedo/ Fernando Barradas, tornou-se o chamariz do jornal, mas os todos os entrevistados consideraram os seus textos muito extremistas. Contudo, não deixa de ser curioso que o êxito obtido pelo jornal tenha ainda influenciado os sectores mais de esquerda, já que se instalou um sentimento de orgulho em todo o pessoal pelo facto de O Comércio do Porto ser o líder de audiências, aliás, nunca mais igualadas por qualquer jornal generalista.

Esta liderança trouxe outro tipo de consequências. Segundo os entrevistados, no «Verão quente» não se vendiam mais exemplares devido à crise do papel, que oscilavam entre os 100 e 120 mil exemplares atingidos aos fins-de-semana Mas, por outro lado, verificou-se também uma profunda reacção negativa aos conteúdos do jornal. Silva Tavares recorda a pressão de rua: “Era uma manifestação contínua. O Comércio do Porto estava num vulcão: qualquer manifestação que se prezasse tinha que ir à Avenida dos Aliados; paravam no Comércio do Porto para insultos e apupos. Fazia parte do ritual.”

Este ambiente intimidatório atingia igualmente a Rádio Renascença, embora, segundo Marques da Cruz, nunca tenha havido uma articulação de actuações: “O Comércio e a Rádio Renascença eram alvo de manifestações constantes: num dia... «Comércio amigo, o povo está contigo» e, no dia seguinte, muito mais afinadinho, «Abaixo a reacção».” As manifestações procuravam obrigar os jornalistas a alinhar por determinados conteúdos, mas, mais do que isso, propiciaram um clima de ameaça que se fez sentir dentro e fora das redacções. Esta forma de intimidação directa era vivida pelo Comércio e neste aspecto, a tipografia teve posições aparentemente incompreensíveis. Segundo Marques da Cruz, a extrema-esquerda da tipografia estaria preparada para combater os manifestantes, que à partida seriam os seus correligionários: “De tal maneira, que havia pessoas da extrema-esquerda que nesses dias se preparavam para fazer frente a qualquer investida sobre o jornal. A malta da tipografia e da

gravura estavam lá em cima com os bidões dos ácidos. Se tentassem invadir a escadaria, o ácido caía em cima das pessoas.” Os tipógrafos teriam uma visão muito pragmática dos acontecimentos. Apesar de não abdicarem das suas convicções, naquela altura era fulcral a defesa dos seus postos de trabalho. Na empresa havia vários elementos da mesma família ali empregados e o despedimento seria a causa da ruína do agregado familiar. Daí, a importância que assumia a continuidade da publicação do diário.

Para além da pressão das manifestações, houve ainda um clima de ameaças que levou alguns jornalistas a temerem pela sua segurança, até porque o tom não era velado: “Lembro-me que o Partido Comunista, num comício em Gondomar, disse que a cabeça do Silva Tavares ia para um candeeiro da Avenida. O ataque chegou a ser pessoalizado.” É assim que o próprio recorda os efeitos da sua actuação profissional. Juntamente com Marques da Cruz eram também obrigados a dar voltas de madrugada antes de irem para casa, para despistar eventuais perseguidores. O ex-director do Comércio lembra ainda: “Não sei onde fui buscar tanta coragem, porque já tinha responsabilidades familiares. Mas sabe como é, a adrenalina sobe quando se entra numa guerra. E quando é uma guerra em que se vê o produto do trabalho, O Comércio do Porto atingiu o topo de audiências.” Pelo seu lado, Marques da Cruz, amigo e companheiro de horas difíceis, recorda a pressão:

“Um dia cheguei junto do Arnaldo Araújo e disse-lhe: sei que tu se não és chefe de célula, és muito influente do Partido Comunista aqui dentro. Tenho sido ameaçado que me atiram pela janela fora, que me penduram nos candeeiros da Praça da Liberdade. Queria-te dizer o seguinte: se me acontecer alguma coisa, eu serei vingado pelos meus familiares. Eles têm a tua morada, dos teus pais, dos teus familiares, a tua mulher, a escola que frequentam os teus filhos; isso está tudo registado. Eles vingam-me! Nunca mais me ameaçaram.”

Estas palavras revelam o dramatismo de que se revestiram os momentos vividos pelos vários intervenientes. Foi um período em que não era fácil a moderação e que as posições de cada um assumiam proporções radicalizadas, ainda que realmente essa não fosse a intenção inicial.

No Jornal de Notícias a conflitualidade crescente foi essencialmente resultado da actividade do conselho de redacção e da comissão de trabalhadores. Mas a preponderância não seria PCP, como assegura Manuel Pina: "As tentativas de controlo da redacção pelo Partido Comunista esbarraram sempre com o conselho de redacção, que adquiriu um enorme poder que se perpetuou pelo tempo, muito depois do período revolucionário." Apesar do clima de efervescência que assaltou a redacção, os militantes comunistas acabaram por ver a sua actuação limitada e esta visão é partilhada pelos vários entrevistados. Não deixam de se referenciar nomes e modos de actuação. César Príncipe aparece como figura incontornável e seria, segundo Martins Mendes, quem mais guerra fazia ao director Pacheco de Miranda. Outra ideia que se reitera é a do seu número reduzido, mas dotado de grande capacidade de militância, como recorda Freitas Cruz: "Existiam, tinham muita actividade. Tivemos lá um jornalista, o Ribeiro dos Santos, que, viemos depois a saber, era um homem do Partido Comunista, embora o mais visível fosse o César Príncipe."

Apesar desta actuação normal e típica dos militantes comunistas, no caso da redacção do Jornal de Notícias, ela foi ultrapassada pela esquerda. Não quer isto dizer que o conselho de redacção fosse controlado pela extrema-esquerda, significa antes que a forma como se posicionou impediu o controlo partidário. Segundo Manuel Pina isso resultou do facto de: "as questões fundamentais serem votadas em plenário da redacção. O conselho de redacção do Notícias tinha mais poderes que os dos outros jornais porque as decisões importantes eram sempre votadas em plenário." Este poder institucionalizou-se e manteve uma capacidade de intervenção inigualável, com o poder de ir directamente à tipografia e impor a publicação dos seus comunicados. O conselho de redacção esteve ainda à frente de várias greves, algumas convocadas muito depois de terminado o PREC. Ainda de acordo com Manuel Pina, era nisto que consistia a concepção política «conselhista».

Os outros sectores do jornal, nomeadamente a tipografia, parecem ter articulado a sua actuação, durante o PREC, com o conselho de redacção. Durante esta fase, os tipógrafos do Notícias não parecem ter tido nenhum papel reivindicativo de destaque, particularmente em termos de imposição de conteúdos, até porque a orientação não seria de molde a desagradar a um grupo que se identificava ideologicamente com a linha editorial seguida. Contudo, mais tarde, e segundo Marques da Cruz, este alinhamento alterou-se: "A tipografia pertencia ao

Partido Comunista, mas no JN a tipografia, a determinada altura, não compunha textos do César Príncipe e de outro indivíduo do Partido Comunista. Porque o jornal, que andava nos 50 mil exemplares, começou a cair para os 25 mil.” Esta é uma visão pragmática do sector da impressão, absolutamente contrária à corrente dominante, nomeadamente das estratégias adoptadas em Lisboa. Freitas Cruz encara a intervenção comunista sem alacridade: “O Partido Comunista, se é que esteve á frente de algumas perturbações, elas foram de ordem salarial, chefiadas pelo sindicato dos tipógrafos. O Partido Comunista fazia a tentativa de destruição das pessoas no plano político, mas não atacava a pessoa em si.”

Apesar da apreciação moderada que os entrevistados têm dos efeitos do processo revolucionário no jornal, a viragem à esquerda ficou clara nos «Princípios Orientadores do Jornal de Notícias» (Sousa, 1988:328). Nesta declaração de intenções, condicionava-se o perfil informativo ao declarar que o Notícias teria como desiderato uma “informação honesta e objectiva, propósito que só se considera possível se identificado com os interesses das classes trabalhadoras, assim como, na medida em que seja conciliáveis com aqueles da pequena indústria, do pequeno comércio e da pequena lavoura.” Como refere Ricardo Gomes: “O «ar do tempo» influenciou a sua informação agora próxima dos próceres da revolução” (Gomes, 2005:119). Esta proximidade está ainda presente no último ponto destes Princípios, no qual se estabelece como garantir a defesa dos interesses das classes trabalhadoras: aos órgãos representativos dos trabalhadores – o Plenário Geral dos Trabalhadores do JN, a Comissão de Unidade dos Trabalhadores e o Conselho de Redacção – caberia definir “os interesses de classe”, bem como de que forma eles se articulariam com a orientação do jornal. Nesse sentido, ele deveria dar voz às classes trabalhadoras do país e caberia aos referidos meios representativos do Notícias exercer uma acção de vigilância crítica, para poder proceder a uma avaliação continuada dos seus conteúdos.

A supervisão sobre as matérias que eram publicadas, tal como em Lisboa, podia assumir formas restritivas. A este propósito, Fernanda Gomes considera que houve, de facto, um condicionamento da actividade noticiosa e dá como exemplo a censura a um artigo do marido, militante do MRPP, que na altura trabalhava na secção do Internacional. Era uma notícia sobre a República Popular da China, com a qual os comunistas não concordavam e que trataram de impedir que fosse publicada.

A viragem do Jornal de Notícias à esquerda teve os seus custos em termos de vendas. As tiragens baixaram e o público não só deixou de o ler, como se registaram reacções violentas, como recorda Freitas Cruz: "O facto de o jornal ser conotado com o PC levou a que a edição fosse queimada em Vila Real." Daí também a razão de lhe chamarem o «Pravda» e de as equipas de reportagens terem, por vezes, passado por situações difíceis.

4 - Conclusão

Os três diários portuenses viveram o período pós 25 de Abril dentro do quadro de luta política dominante em toda a sociedade portuguesa. O derrube da ditadura possibilitou a liberdade de pensamento e expressão e o Programa do MFA contemplou desde logo a liberdade de imprensa. A aprovação de nova legislação não foi contudo consensual e os mecanismos que a limitaram sucederam-se, tendo como pano de fundo a radicalização de posições vivida aos mais diversos níveis. A lei de Imprensa aprovada em 1975 resulta num documento onde se procurou estatuir um modelo democrático e liberal de informação, num período em que os postos nevrálgicos de poder foram dominados por correntes socializantes. Sindicato dos Jornalistas, organizações políticas de esquerda e chefias militares procuraram impedir a sua vigência através da sua condenação clara e da criação de mecanismos restritivos. Estas iniciativas tiveram como intenção o controlo editorial das redacções já posto em marcha. A imprensa de veria estar submetida à nova lógica política fosse pela imposição de conteúdos, pela complacência de conselhos de redacção ou ainda pela pressão de diferentes sectores externos. Estas iniciativas, coordenadas ou não, foram ainda coadjuvadas pelo facto de a legislação do Conselho da Revolução, emanada depois do 11 de Março, ter colocado nas mãos do Estado a maioria dos órgãos de informação, o que potenciou ainda modelos decisórios de tipo colectivista.

No Porto, as transformações estruturais definidas pela nova legislação e as incidências do PREC fizeram-se sentir em todos os jornais, sendo que questão da transferência de propriedade só não afectou o Janeiro. Os demais aspectos, o surto reivindicativo, a politização das redacções e o desenvolvimento dos níveis de conflitualidade, tiveram impacto generalizado, embora de graus diferentes.

O Comércio do Porto viveu duas experiências distintas. Inicialmente a esquerda radical parece ter tomado conta do jornal provocando uma rotação de chefias e de pulverização de poder, com o conselho de redacção e a comissão de trabalhadores a assumir o controlo do jornal. Mas depois de uma deriva à esquerda transformou-se no título que manteria a batalha contra o processo revolucionário, ainda que muitas vezes à custa da inversão do radicalismo político. O Jornal de Notícias protagonizou um misto de experiências, na medida em que as chefias anteriores se mantiveram e não há notícia de que tenha havido purgas no plano redactorial. Ainda assim, também o JN foi dominado pela conflitualidade resultante do peso que o conselho de redacção veio a ter sobre as questões editoriais e laborais. Tendo os jornalistas e a comissão de trabalhadores alinhado com a posições de esquerda dominante, o jornal também se colocou ao serviço da revolução e das classes trabalhadoras, tendo enveredado por um tom muito radicalizado. O Primeiro de Janeiro terá sido dos diários portuenses, aquele em que os extremismos revolucionários menos se fizeram sentir. Apesar de ter também um conselho de redacção as interferências em termos editoriais parecem não ter sido sentidas de forma tão evidente como nos dois casos anteriores. Dada a estabilidade da propriedade, as chefias também não foram postas em causa e os conflitos com Pinto de Azevedo terão sido de cariz mais laboral do que de ordem política.

Bibliografia e fontes

AGEE, Warren K.; TRAQUINA, Nelson (1987) - O quarto poder frustrado: os meios de comunicação social no Portugal pós-revolucionário. Lisboa: Vega. (Comunicação & Linguagens). 213 p.

CÁDIMA, Francisco Rui de (1999) - Os media na Revolução (1974-1976). In BRITO, J. M. Brandão de, coord. - O País em Revolução. Lisboa: Editorial Notícias, pp. 321-358

CONSELHO DE IMPRENSA (1979) - A imprensa escrita em Portugal: Abril de 1974 a Julho de 1976. [Doc. Policopiado]. Lisboa: Conselho de Imprensa. 291 p.

GOMES, Ricardo Miguel (2005) - A imprensa diária portuense no período revolucionário (1974-1975). [Doc. policopiado] Porto: [Edição do autor]. 302 p. [Tese de mestrado]

LANÇA, Isabel Babo (2006) - A configuração dos acontecimentos públicos: o caso República e as manifestações nos Açores em 1975. Coimbra: Minerva Coimbra.

Os Diários Portuenses e os Desafios da Actualidade na Imprensa: Tradição e rupturas. [Doc. Policopiado]. Porto: [Ed. Do autor]. [tese de doutoramento], 2008

MESQUITA, Mário (1994) - O caso República: um Incidente crítico. In Revista de História das Ideias. Do Estado Novo ao 25 de Abril. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias, FLUC. N. º16, pp. 507-554

MESQUITA, Mário (1994) - Os meios de comunicação social. In REIS, António coord. - Portugal: 20 anos de democracia. Lisboa: Círculo de Leitores. pp. 360-405

PALLA, Maria Antónia (1992) - A liberdade de imprensa entre o poder e a independência. In REIS, António dir. - Portugal Contemporâneo. Lisboa: Publicações Alfa, pp. 269-270

SOUSA, Fernando de (1988) - Jornal de Notícias: a memória de um século (1888-1988). Porto: Empresa do Jornal de Noticias. 427 p.

SPÍNOLA, António de (1974) - Portugal e o futuro: análise da conjuntura nacional. [S.l.]: Editora Arcádia. 244 p.

SPÍNOLA, António de (1978) - País sem rumo: contributo para a história de uma revolução. [S.l.]: Scire. 457 p.

Jornais

COMÉRCIO DO PORTO (O)

EXPRESSO

JORNAL DE NOTÍCIAS

JORNAL NOVO

PRIMEIRO DE JANEIRO (O)

Legislação

DECRETO-LEI nº 123/75

DECRETO-LEI nº 132A/75

DECRETO-LEI nº 135A/75

DECRETO-LEI nº 281/74

DECRETO-LEI nº 660/74

DECRETO-LEI nº 85D/75

LEI DA IMPRENSA 1975

Fontes orais

Entrevista com Fernanda Gomes

Entrevista com Freitas Cruz

Entrevista com Joaquim Queirós

Entrevista com Manuel de Pina

Entrevista com Manuel Teixeira

Entrevista com Marques da Cruz

Entrevista com Marques Pinto

Entrevista com Silva Tavares